

O IDEB DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE SANTA CATARINA

LILIANE COSTÓDIO KNOLL¹

RESUMO

Este artigo teve o propósito de realizar análise dos resultados obtidos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), importante indicador educacional criado pelo governo federal no ano de 2007 e que utiliza dois componentes importantes: as médias de desempenho nas avaliações nacionais e a taxa de rendimento escolar dos estudantes para medir a qualidade de ensino no território nacional. O foco deste estudo foi explorar os resultados das escolas catarinenses da rede estadual de ensino, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, através da série histórica compreendida entre os anos de 2007 e 2019; comparando os resultados obtidos em nível de Brasil, Região Sul, Total do Estado e Município. A análise leva a um recorte mais específico para os resultados obtidos a partir do ano de 2013, quando a rede estadual de ensino nos Anos Finais do Ensino Fundamental não consegue mais cumprir as metas estabelecidas para o Ideb. Apresenta breve contextualização do percurso das políticas públicas, das avaliações externas - Saeb e da criação do Ideb como um importante indicador da qualidade educacional a partir do Plano de Desenvolvimento da Educação Básica. Trata-se de pesquisa qualitativa que explora, a partir dos dados oficiais do Inep, a evolução do desempenho do Estado de Santa Catarina para compreender a trajetória da performance da rede pública estadual. Utiliza recursos visuais, por intermédio de mapas e tabelas, que proporcionam melhor visibilidade aos resultados.

Palavras-chave: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Ensino Fundamental. Avaliações.

1 INTRODUÇÃO

A partir do final de 1980 e início da década de 1990, o Brasil inicia discussões sobre os processos de avaliação e mecanismos que pudessem colaborar para a criação de novas políticas e assim, mudar a realidade educacional em nosso país. Nesse viés, as discussões trouxeram à tona a avaliação de larga escala como uma estratégia que facilitaria a interpretação de contextos relacionados ao sucesso ou fracasso educacional.

Avançando na questão, as discussões acerca da democratização da educação brasileira marcaram seu território através da promulgação da Constituição de 1988, que em seu Artigo 205 reza que: “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Em relação à avaliação do rendimento escolar, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 aponta que:

¹ Possui graduação em Pedagogia, Supervisão Escolar pela Universidade do Vale do Itajaí (1989). Especialista em Gestão Escolar, em Metodologias da Educação e Mercado de Trabalho em Administração Pública. Atualmente atua como Gerente na Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina. Experiência em Coordenação Estadual de logística de Aplicação de Olimpíadas, Avaliações de Larga Escala Exames e Concursos.

Art. 9º A União incumbir-se-á de:

[...]

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no Ensino Fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

[...]

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino (BRASIL, 1996).

Ainda na década de 90, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) implanta Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) com o objetivo de “[...] contribuir para a melhoria da qualidade da educação brasileira e para a universalização do acesso à escola, oferecendo subsídios concretos para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para a educação básica” (INEP, 2001, p. 9).

Seus resultados servem de fundamento para a avaliação da qualidade de ensino que está sendo ofertada. Possibilitam coletar, produzir e divulgar uma quantidade significativa de dados que permitem identificar e corrigir trajetórias, instituir novas políticas públicas e definir padrões de qualidade para a educação.

Nesta caminhada, surge o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no ano de 2007 e atualmente é o principal indicador da qualidade da educação. Tal indicador tem como aspectos de sua composição as médias de desempenho nas avaliações e a taxa de rendimento escolar (aprovação), obtidos a partir do Censo Escolar.

O Ideb proporciona a oportunidade de acompanhar não somente os processos de ensino e de gestão, mas a trajetória escolar de seus estudantes e com isso conquista espaço na elaboração de políticas públicas.

No decorrer do período de 2014 e 2015, a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, em sua reestruturação, incorporou frentes de trabalho voltadas ao planejamento educacional, à avaliação e à supervisão para que houvesse melhor articulação com os organismos governamentais na esfera federal, municipal e privada para estudos voltados à cooperação no desenvolvimento de políticas públicas integradas.

Nesta nova estrutura, a Secretaria passa a incorporar a equipe da Gerência de Avaliação de Desempenho e Estatísticas, subordinada à Diretoria de Planejamento e Políticas Educacionais, cujas competências, conforme o Regimento Interno estão direcionadas à implementação das avaliações da educação básica, coordenação das atividades inerentes ao censo escolar, sistematização da supervisão da regularidade das unidades escolares, bem como tratamento e disseminação de dados e indicadores educacionais do Estado, o que permitiu acompanhar e monitorar sistematicamente o desempenho da educação catarinense.

Com um olhar direcionado aos resultados do Ideb, observou-se que o desempenho da rede estadual de Santa Catarina começou a apresentar sinais importantes em relação ao alcance das metas estabelecidas a partir do ano de 2013, nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Diante deste indicativo, é importante compreender os fatores que estão agregados a esses resultados do Ideb, que na visão de Andrade (2019, p. 19):

Como indicador da qualidade da educação ofertada pelo sistema educacional brasileiro, o IDEB, tem como característica ser sintético, por ser o resultado do produto entre a taxa de rendimento (taxa de aprovação) e o desempenho obtido pelos alunos nas avaliações de larga escala, como a Prova Brasil, onde, por esta, são avaliados em suas competências de leitura e em resolução de problemas.

O Ideb tem em seu propósito, medir a qualidade do ensino que está sendo ofertado e a

partir destes resultados, estabelecer ações que busquem a melhoria do processo, tomando como base os resultados das avaliações e as taxas de fluxo escolar. Nesta direção, a autora complementa que:

Os indicadores de qualidade dos resultados educacionais, sintetizados no Ideb, devem avaliar o que os alunos aprendem, e se aprovados, se estão concluindo a educação básica na idade adequada. Porém, esses indicadores devem, também, demonstrar o quanto o sistema educacional está sendo ou não eficaz. A partir do monitoramento desses resultados, instituir políticas públicas direcionadas ao alcance das metas estipuladas pelos órgãos responsáveis pelas avaliações externas (ANDRADE, 2019, p. 19).

Diante desta inferência e trazendo as inquietações que envolvem muitas discussões entre os atores implicados no processo educacional sobre os resultados do desempenho da rede estadual, considerando que a partir do ano de 2013 inicia o processo de distanciamento em relação às metas nos Anos Finais do Ensino Fundamental, a ponto desta etapa não atingir mais o projetado, destaca-se a necessidade de desagregar estes resultados através de análise da série histórica para procurar compreender esta performance.

Um importante elemento que subsidia a discussão é apresentado no documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

O Ensino Fundamental, com nove anos de duração, é a etapa mais longa da Educação Básica, atendendo estudantes entre 6 e 14 anos. Há, portanto, crianças e adolescentes que, ao longo desse período, passam por uma série de mudanças relacionadas a aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, emocionais, entre outros. Como já indicado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos (Resolução CNE/CEB nº 7/2010)²⁸, essas mudanças impõem desafios à elaboração de currículos para essa etapa de escolarização, de modo a superar as rupturas que ocorrem na passagem não somente entre as etapas da Educação Básica, mas também entre as duas fases do Ensino Fundamental: Anos Iniciais e Anos Finais (BRASIL, 2018, p. 57).

Acerca da importância do papel da escola no processo de construção do conhecimento deste estudante ainda destaca:

Em todas as etapas de escolarização, mas de modo especial entre os estudantes dessa fase do Ensino Fundamental, esses fatores frequentemente dificultam a convivência cotidiana e a aprendizagem, conduzindo ao desinteresse e à alienação e, não raro, à agressividade e ao fracasso escolar. Atenta a culturas distintas, não uniformes nem contínuas dos estudantes dessa etapa, é necessário que a escola dialogue com a diversidade de formação e vivências para enfrentar com sucesso os desafios de seus propósitos educativos. A compreensão dos estudantes como sujeitos com histórias e saberes construídos nas interações com outras pessoas, tanto do entorno social mais próximo quanto do universo da cultura midiática e digital, fortalece o potencial da escola como espaço formador e orientador para a cidadania consciente, crítica e participativa (BRASIL, 2018, p. 62).

Depreende-se então que esta fase traz consigo muitas inseguranças relacionadas a formação de seu caráter, à construção de conhecimento de mundo e a necessidade de se tornar mais autônomo para encarar as mudanças curriculares que visam aprofundar e ressignificar os conhecimentos adquiridos para enfrentar o Ensino Médio.

Os aspectos apresentados até aqui justificam esta pesquisa qualitativa, realizada mediante análise da série histórica dos resultados oficiais do Ideb, compreendendo o período entre os anos de 2007 e 2019, das escolas da rede pública estadual nos Anos Finais do Ensino Fundamental do Estado de Santa Catarina.

No que concerne à educação catarinense, segundo o sistema de inteligência de dados Educação na Palma da Mão, desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação, a rede estadual de ensino conta com 1.255 unidades escolares de educação básica, distribuídas em 295 municípios, totalizando mais de 545 mil matrículas. Dentre estas escolas, 880 ofertam os Anos Finais do Ensino Fundamental. São mais de 42 mil estudantes que frequentam o 9º ano do Ensino Fundamental, que conforme apontam os dados do Ideb, vêm apresentando gradativamente retrocesso em sua proficiência (SANTA CATARINA, 2019).

Este artigo compõe-se de revisão bibliográfica, análise de legislação, do Plano Estadual de Educação (PEE/SC) e apresenta as contribuições do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb como importante indicador da qualidade educacional. Perpassa pela análise comparativa dos resultados do Brasil, Região Sul e Santa Catarina, bem como, desagrega-se estes resultados em nível de município para compreender a evolução do desempenho. O roteiro está organizado através das sessões:

- Percurso das políticas públicas na busca da qualidade da educação;
- Percurso das avaliações brasileiras - Saeb;
- O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb
- O Ideb nos Anos Finais do Ensino Fundamental da rede estadual de ensino de Santa Catarina;
- O Ideb nos Anos Finais do Ensino Fundamental da rede estadual de Santa Catarina por município entre os anos de 2007 e 2019.

Para dar visibilidade às análises acerca do principal objeto da pesquisa: os Anos Finais do Ensino Fundamental, utiliza-se representação gráfica para contextualizar a evolução por meio da série histórica dos resultados no Ideb no período compreendido entre 2007 e 2019.

O desfecho se dá através das considerações finais, que apontam os resultados da análise do universo investigado e a importância do protagonismo de cada ator frente às suas atribuições no alcance de uma educação de qualidade. Não tem por objetivo apontar as razões que levam aos resultados, mas descortinar estes dados e as metas projetadas para subsidiar novas discussões sobre a qualidade da educação que se almeja.

2 PERCURSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA BUSCA DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

A busca de novos projetos voltados para a qualidade e equidade na educação teve como mola propulsora a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em março de 1990, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Neste evento, a partir da Declaração Mundial de Educação para Todos, os 155 países participantes elaboraram o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem, o qual estabeleceu compromissos através de metas a serem atingidas pelos Governos (UNICEF, 1990).

Para atender tais metas, o Brasil elaborou o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), que agregou diretrizes para a elaboração de políticas públicas. Neste movimento, outras entidades se incorporaram, ampliando assim a representatividade da sociedade, onde a principal meta, segundo o plano, era assegurar a universalização da educação fundamental e erradicação do analfabetismo no prazo de dez anos.

No ano de 2000, numa iniciativa da Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), foi realizado o Fórum Mundial de Educação de Dakar, no Senegal, com objetivo de avaliar e reafirmar o compromisso iniciado em Jomtien em 1990, mas os resultados não foram muito animadores, conforme descrito no tópico cinco

da Declaração de Dakar:

[...]

5. A Avaliação de EPT 2000 demonstra que houve progresso significativo em muitos países. Mas é inaceitável que no ano 2000, mais de 113 milhões de crianças continuem sem acesso ao ensino primário, que 880 milhões de adultos sejam analfabetos, que a discriminação de gênero continue a permear os sistemas educacionais e que a qualidade da aprendizagem e da aquisição de valores e habilidades humanas não satisfaçam as aspirações e necessidades de indivíduos e das sociedades. Nega-se aos jovens e adultos o acesso às técnicas e conhecimentos necessários para encontrar emprego remunerado e participar plenamente da sociedade. Sem um progresso acelerado na direção de uma Educação para Todos, as metas nacionais e internacionais acordadas para a redução da pobreza não serão alcançadas e as desigualdades entre as nações e dentro de cada sociedade se ampliarão (UNESCO, 2000).

Neste evento foram incluídas à Declaração, estratégias relacionadas à avaliação e à produção de indicadores para o monitoramento das metas da Educação para Todos (EPT).

Seguindo as estratégias estabelecidas para o alcance das metas internacionais relacionadas à educação, no ano de 2001, foi sancionada a Lei nº 10.172/2001 (BRASIL, 2001), que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), tendo como intuito estabelecer diretrizes e metas para o período de dez anos, ou seja, 2001 a 2010. Foi um processo agitado acerca de concepções sobre uma meta relacionada ao financiamento.

Em Artigo publicado por Trevisan, em 2011, encontramos análise interessante sobre o PNE 2001-2010 e as possíveis razões para o insucesso deste Plano tão importante:

[...] Não deu certo por várias razões. A quantidade de objetivos contou contra, diluindo as demandas e tirando o foco do essencial. Segundo, muitas das metas não eram mensuráveis, o que dificultou seu acompanhamento. Também faltaram regras com punições para quem não cumprisse as determinações. Finalmente - e, talvez, o mais importante: um dos artigos do plano foi vetado pela presidência. Era a proposta de aumentar a parcela do Produto Interno Bruto (PIB) investida em Educação de 4 para 7%. Sem dizer de onde viria o dinheiro, o PNE de 2001 virou letra morta antes de nascer (TREVISAN, 2011, p. 2).

Em 2007, segundo informações no portal do Ministério da Educação, foi implantado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com o objetivo de realizar melhorias na educação no prazo de quinze anos. Foi estruturado em cinco eixos principais: Educação Básica; Educação Superior; Educação Profissional, Alfabetização e Diversidade e lançado em conjunto com o Plano Metas Compromisso Todos pela Educação (BRASIL, 2008).

Suas principais iniciativas envolviam formação de professores por meio do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB); estabelecimento de piso salarial nacional para professores; substituição do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); criação do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola); Plano de Ações Articuladas (PAR) e outros programas de acesso ao mundo digital (BRASIL, 2008).

No ano de 2008, na Conferência Nacional da Educação Básica, o Ministério da Educação firma o compromisso de apoiar a realização da Conferência Nacional de Educação (Conae), que surgiu como importante espaço democrático de discussão e construção de diretrizes para a educação brasileira (BRASIL, 2010).

Assim, é dada a partida para o debate sobre a nova edição do PNE através do tema:

Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação. Envolveu todos os atores da educação: alunos, pais, professores, gestores, equipes técnicas de todas as redes de ensino nas esferas municipais, estaduais e federal.

O PNE 2014-2024 teve aprovação pela Lei nº 13.005/2014 e está contemplado no documento intitulado Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base (INEP, 2015). É composto por 20 metas e dentre elas destacamos:

A Meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 diz respeito à melhoria da qualidade da educação básica, enfocando, particularmente, a melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem dos estudantes de modo a atingir, até 2021, as seguintes médias nacionais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb): 6,0 para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (EF); 5,5 para os anos finais do Ensino Fundamental; e 5,2 para o Ensino Médio (EM) (INEP, 2015, p. 113).

Esta meta tem por objetivo acompanhar a evolução da educação de forma a estabelecer o padrão de qualidade educacional do país. Está alicerçada no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), indicador criado pelo Inep a partir dos dados de fluxo escolar coletados através do Censo Escolar e dos resultados de desempenho da Prova Brasil e do Saeb.

A tabela 1 apresenta as médias projetadas no Plano Nacional de Educação - período 2015 a 2021.

Tabela 1 – Metas intermediárias do Ideb - Brasil

Nível de ensino	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Fonte: Inep (2015, p. 114).

É importante destacar que o MEC e o Inep selecionaram um conjunto de indicadores para a realização do monitoramento do PNE 2014-2024, os quais apresentam análises descritivas das séries históricas e desagregação dos indicadores, através de Painel de Monitoramento, atualizado a cada dois anos após a conclusão dos ciclos de monitoramento, permitindo assim acompanhar a situação das metas nos territórios e a evolução do plano, possibilitando visibilidade e transparência ao processo (INEP, 2015).

2.1 O PERCURSO DAS AVALIAÇÕES BRASILEIRAS - SAEB

A caminhada das avaliações de larga escala, conforme portal do Inep inicia no ano de 1990, quando surge o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) com o objetivo conhecer a qualidade da educação brasileira. Ao longo dos anos passou por aprimoramentos onde destacamos nova metodologia de construção do teste, análise dos resultados através da Teoria de Resposta ao Item (TRI) e a criação de escalas e níveis de proficiência (INEP, 2017).

Em 2005, o Saeb foi reestruturado pela Portaria Ministerial nº 931, de 21 de março de 2005, que incorpora duas avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), mais conhecida como Prova Brasil. A Aneb manteve o foco na gestão da educação básica com procedimentos da avaliação amostral das redes públicas e privadas e a Anresc passou a avaliar de forma censitária, as escolas que atendessem ao critério de ter no mínimo 30 estudantes matriculados na última etapa dos Anos Iniciais (4ª série/5º ano) ou dos Anos Finais (8ª série/9º ano) do Ensino Fundamental de

escolas públicas, para que fosse possível apresentar os resultados desagregados da avaliação em âmbito de escola (INEP, 2017).

Em 2013, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), incorpora o Saeb a partir da divulgação da Portaria nº 482, de 7 de junho de 2013. Criada para medir os níveis de alfabetização e letramento em língua portuguesa e a alfabetização em matemática dos estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas (INEP, 2013).

O Inep, no ano de 2015, disponibiliza a Plataforma Devolutivas Pedagógicas, com o objetivo de aproximar os resultados do contexto escolar colaborando assim, no processo de interpretação dos resultados e no planejamento de ações para a melhoria da educação ofertada. A avaliação do Ensino Médio, no ano de 2017 torna-se censitária para as escolas públicas e abre a possibilidade das escolas privadas aderirem ao processo. É direcionada para os estudantes da 3ª série. Com isso, esta etapa da educação básica passa a ter resultados e consequentemente o Ideb (BRASIL, 2018).

Após o resumo apresentado, tendo como base as informações constantes no portal do Inep, é interessante destacar que o Saeb em 2019 sofre alterações para se adequar à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). As siglas ANA, Aneb e Anresc deixam de existir e todas as avaliações passam a serem identificadas pelo nome Saeb. A avaliação da alfabetização passa a ser realizada no 2º ano do Ensino Fundamental. É incluída a avaliação da educação infantil em caráter de estudo-piloto, com aplicação de questionários para professores e equipes gestoras.

Em janeiro de 2021, a Portaria Inep nº 10/2021 (BRASIL, 2021), estabelece novos parâmetros e diretrizes para o Saeb, indicando a progressiva aplicação eletrônica dos testes e questionários, realização anual e censitária, para as quatro áreas do conhecimento, ampliação gradativa da população de referência da avaliação, definição das matrizes de referência baseadas na BNCC e a possibilidade de ingresso ao ensino superior através dos resultados obtidos no Saeb. As avaliações desenvolvidas no país, segundo Gadotti e Romão (2000, p. 27):

[...] certamente vem prestando um bom serviço, permitindo o acompanhamento da evolução do desempenho dos alunos nas diversas disciplinas, fornecendo dados mais confiáveis a gestores e administradores da educação. O SAEB tem-se revelado instrumento positivo de superação de uma grande falha do sistema educacional: dar visibilidade social aos resultados obtidos pelas escolas, podendo cada uma delas situar-se diante das outras. Nesse sentido, ele possibilita a inserção das escolas no contexto da nação, abrindo espaço para tornar-se mais cidadã. Por outro lado, a produção e disseminação de informações sobre o desempenho do sistema educacional, dando maior transparência aos dados estatísticos, possibilita não só a formulação e a implementação de novas políticas educacionais, mas permite também a sua avaliação.

Neste sentido, observa-se a importância de diagnosticar e monitorar os resultados, principalmente porque são informações que podem ser desagregadas até em nível da escola, o que dá transparência ao processo e possibilita discussões fundamentadas para a elaboração de ações em direção ao sucesso escolar.

2.2 O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – IDEB

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), surgiu no ano de 2007 como uma iniciativa do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Criado pelo Inep é um importante indicador estatístico que tem por objetivo a melhoria da educação brasileira (SAVIANI, 2009). Na sequência (2009, p. 11), o autor descreve que

O Ideb reúne num só indicador dois conceitos importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e desempenho dos alunos nas avaliações. Seu cálculo baseia-se nos dados de aprovação escolar, apurados no Censo Escolar, e nas médias de desempenho obtidas nas avaliações nacionais: o Saeb, para as unidades da federação e o país; e a Prova Brasil, para os municípios. O novo indicador considera dois fatores que interferem na qualidade da educação: as taxas de aprovação, aferidas pelo Censo Escolar; e as médias de desempenho medidas pelo Saeb e pela Prova Brasil. A combinação entre fluxo e aprendizagem resulta em uma média que varia de 0 a 10.

O PDE (SAVIANI, 2009) aborda o Ideb como termômetro da qualidade da educação básica em todos os estados, municípios e escolas. Permite a visibilidade sobre a situação da educação, de forma a detectar escolas e/ou redes de ensino com baixo desempenho em termos de rendimento e proficiência e monitorar a evolução temporal do desempenho dos estudantes.

Por meio do Ideb é possível comparar a evolução do processo através de série histórica, realizar análises comparativas em vários cenários, dando visibilidade aos resultados de forma a perceber as necessidades de intervenções desde o nível nacional até a escola.

Partindo dessa premissa, destacamos Saviani (2009, p. 31).

O que confere caráter diferenciado ao IDEB é a tentativa de agir sobre o problema da qualidade do ensino ministrado nas escolas de Educação Básica, buscando resolvê-los. E isso veio ao encontro dos clamores da sociedade diante do fraco desempenho das escolas à luz dos indicadores nacionais e internacionais de rendimento dos alunos.

O Índice varia numa escala de 0 a 10 e, utiliza informações do fluxo escolar e resultados das avaliações. Conforme o Inep, a combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões.

Isto quer dizer que, se um sistema de ensino reter os alunos para que melhore o desempenho no Saeb, o fluxo, composto pelas taxas de aprovação, alteram e comprometem o resultado. O mesmo acontece se a ação for ao contrário, ou seja, se o sistema de ensino aprovar os alunos para que a taxa de reprovação não interfira negativamente no Índice, os resultados das avaliações irão refletir a falta de qualidade e apontará a necessidade de melhorias no sistema.

O Ideb se tornou um importante indicativo para desenvolvimento de políticas educacionais. A meta de nº 7 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, estabelece inclusive que a educação nacional deverá atingir até 2021 as médias 6,0 nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; 5,5 nos Anos Finais do Ensino Fundamental; 5,2 no Ensino Médio (INEP, 2015).

Apresenta-se na tabela 2 as projeções das metas para o Brasil, a partir de 2007 até 2021, como também o resultado nacional obtido até a última versão do Ideb, destacando em verde as situações que atingiram a meta nacional.

Tabela 2 - Ideb Observado e Metas Projetadas nas Etapas da Educação Básica Nacional

	IDEB Observado								Metas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	5.8	5.9	3.9	4.2	4.6	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0
Anos Finais do Ensino Fundamental	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	4.5	4.7	4.9	3.5	3.7	3.9	4.4	4.7	5.0	5.2	5.5
Ensino Médio	3.4	3.5	3.6	3.7	3.7	3.7	3.8	4.2	3.4	3.5	3.7	3.9	4.3	4.7	5.0	5.2

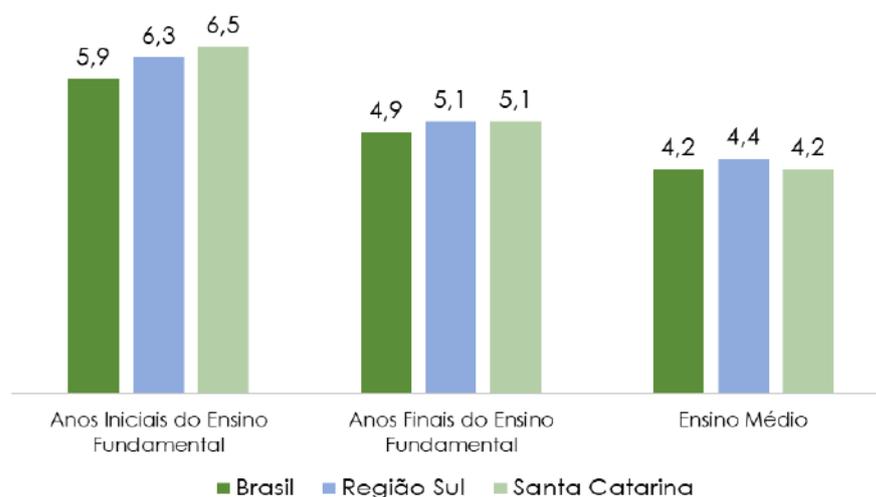
Fonte: Inep (2020).

É possível observar que o Índice dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental apresenta uma evolução positiva, ficando com desempenho acima da meta estabelecida em todas as versões. Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, o cenário apresentado mostra que apesar do Índice indicar crescimento a cada versão, chegando a uma evolução positiva de 1,4 em relação à primeira versão, a meta foi alcançada somente nos anos de 2007, 2009 e 2011. Já nos anos de 2013, 2015, 2017 e 2019 os resultados ficaram um pouco abaixo da meta estabelecida.

Referente ao Ensino Médio, nas versões de 2007, 2009 os Índices ficaram acima da meta em 0,1 e no ano de 2011, a meta foi atingida, porém, nos anos subsequentes, os Índices ficaram abaixo das metas projetadas e a diferença vai aumentando a partir do ano de 2015. A evolução em números absolutos do Índice observado em relação à primeira versão do Ideb foi um crescimento de apenas 0,8 ponto, quando a projeção da primeira versão para a última era de elevação em 1,8.

É apresentado na tabela 3, panorama comparativo por etapa, dos resultados totais do Brasil, Região Sul e Santa Catarina no ano de 2019.

Tabela 3 - Comparativo dos resultados totais por etapa de ensino - Brasil, Região Sul e Santa Catarina -2019



Fonte: a autora com base em Inep (2020).

Observa-se que o desempenho nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental tanto o Brasil, quanto a Região Sul e o Estado de Santa Catarina no ano de 2019 atingiram a meta projetada em 5,7.

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, a meta projetada era 5,2 e não foi alcançada. No Brasil, o resultado foi 4,9 ficando abaixo 0,3 ponto da meta projetada. Os resultados da Região Sul e Santa Catarina ficaram em 5,1 no Ideb observado; 0,1 ponto abaixo da meta projetada e 0,2 ponto acima da média observada do Brasil.

Diferente dos Anos Iniciais que segue uma evolução positiva nas versões, ficando sempre acima da média projetada, no Ensino Fundamental, conforme se pode acompanhar através da tabela 2, mesmo melhorando discretamente os resultados não foi suficiente para chegar ao patamar estabelecido. Percebe-se que nesta etapa inicia o processo de declínio e distanciamento da meta projetada para a qualidade da educação.

Os resultados do Ensino Médio também não foram animadores. A meta projetada era 5,0 e não foi atingida por nenhum dos segmentos, ficando o resultado do Brasil distante da meta em 0,8 ponto, a Região Sul em 0,6 e Santa Catarina em 0,8.

Na perspectiva de explorar um pouco mais os resultados do Ideb, direcionando o

ênfoque para Santa Catarina, especificamente a rede estadual de ensino, a tabela 4, aponta o cenário do Ideb Observado e as Metas Projetadas em todas as etapas da educação básica com o intuito de possibilitar análise do desenvolvimento do desempenho da rede em comparação com o resultado total do Estado, considerando-se a série histórica entre os períodos de 2005 e 2019.

Tabela 4 - Panorama do Ideb Observado e Metas Projetadas nas Etapas da Educação Básica - Total do Estado e rede pública estadual de Santa Catarina - 2005 a 2019

	IDEB Observado									Projeções/ Metas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021	
Anos Iniciais do Ensino Fundamental																	
Total	4,4	4,9	5,2	5,8	6,0	6,3	6,5	6,5	4,5	4,8	5,2	5,5	5,8	6,0	6,3	6,5	
Estadual	4,3	4,7	5,0	5,7	5,7	5,9	6,0	5,9	4,4	4,7	5,1	5,4	5,6	5,9	6,2	6,4	
Anos Finais do Ensino Fundamental																	
Total	4,3	4,3	4,5	4,9	4,5	5,1	5,2	5,1	4,3	4,5	4,7	5,1	5,5	5,7	6,0	6,2	
Estadual	4,1	4,1	4,2	4,7	4,1	4,7	4,8	4,5	4,1	4,3	4,5	4,9	5,3	5,5	5,8	6,0	
Ensino Médio																	
Total	3,8	4,0	4,1	4,3	4,0	3,8	4,1	4,2	3,8	3,9	4,1	4,4	4,7	5,2	5,4	5,6	
Estadual	3,5	3,8	3,7	4,0	3,6	3,4	3,6	3,8	3,5	3,6	3,8	4,0	4,4	4,8	5,1	5,3	

Fonte: Inep (2020).

Ao abrir estes resultados através da tabela 4, direcionando especificamente o olhar para os Anos Finais do Ensino Fundamental da rede estadual, observa-se que em comparação com o índice total que incorpora todas as redes de ensino, o desempenho é inferior em todas as versões, porém, atingiu a meta em 2007, onde obteve exatamente o estabelecido que era 4,1 e 2011, quando superou a meta em 0,2 ponto que era 4,5 e obteve 4,7.

Em 2009 a meta para esta etapa era 4,3 e o resultado obtido foi 4,2, ficando abaixo 0,1 ponto do projetado e 0,3 em relação ao resultado total.

A partir de 2013, os resultados começam a apresentar distanciamento entre o Ideb observado e as metas estabelecidas. A meta neste ano era 4,9 e o resultado observado foi 4,1, ficando abaixo em 0,8 ponto.

Em 2015, a situação se repete quando a meta estabelecida era 5,3 e o resultado foi 4,7, uma diferença de 0,6 ponto.

Em 2017 a diferença entre o observado e o projetado se acentua. A meta era 5,5, o resultado foi 4,8 e a diferença para o alcance da meta foi 0,7 ponto. Em relação ao total estadual a diferença foi de 0,4.

No ano de 2019, o quadro se agrava quando o Índice observado fica em 4,5 e a meta estabelecida era 5,8, chegando a 1,3 a diferença.

Evidencia-se nesta análise a urgência de interferências nesta etapa para que não se agrave mais o distanciamento da meta projetada.

Os resultados que vêm se apresentado desde o ano de 2013, na rede estadual, especificamente nos Anos Finais do Ensino Fundamental, apontam a necessidade de organizar os componentes curriculares, as metodologias e estratégias, bem como implementar ações para melhoria da infraestrutura das escolas e investir na formação inicial e continuada dos professores.

2.3 O IDEB NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE ESTADUAL DE SANTA CATARINA

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), criado em 2017, tem em sua constituição dois conceitos importantes que denotam a qualidade educacional: fluxo escolar, baseado nos dados de aprovação coletados através do Censo Escolar e; média de desempenho nas avaliações realizadas pelo Inep, que no caso dos Anos Finais do Ensino Fundamental, são as avaliações realizadas no 9º ano.

Para inteirar-se do universo que está sendo evidenciado, é importante demonstrar o movimento das matrículas da rede estadual entre o período de 2007 e 2019, apresentado no gráfico 1.

Gráfico 1 - Matrículas por etapa de ensino, rede estadual em Santa Catarina – 2007 a 2019



Fonte: Inep (2020).

Nota: 1 - Inclui matrículas no Ensino Fundamental de 8 e 9 anos de Ensino Regular e/ou Especial.

2 - Ensino Médio inclui matrículas no Ensino Médio Propedêutico, Normal/Magistério e Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) de Ensino Regular e/ou Especial.

Observa-se no gráfico 1, o declínio das matrículas nos Anos Iniciais na rede estadual após o ano de 2012. Este movimento se deu em decorrência do programa Parceria Educacional Estado-Município para o atendimento do Ensino Fundamental criado por meio do Decreto N 502 de 16 de setembro de 2011, que segue o princípio de colaboração entre estado e os municípios para o atendimento do Ensino Fundamental. Cabe salientar que a queda de matrícula nesta fase não foi tão drástica, pois o atendimento dos Anos Iniciais sempre foi prerrogativa em Santa Catarina, da esfera municipal. Em 2019, segundo informações do Censo Escolar, a rede atendeu aproximadamente 112 mil estudantes.

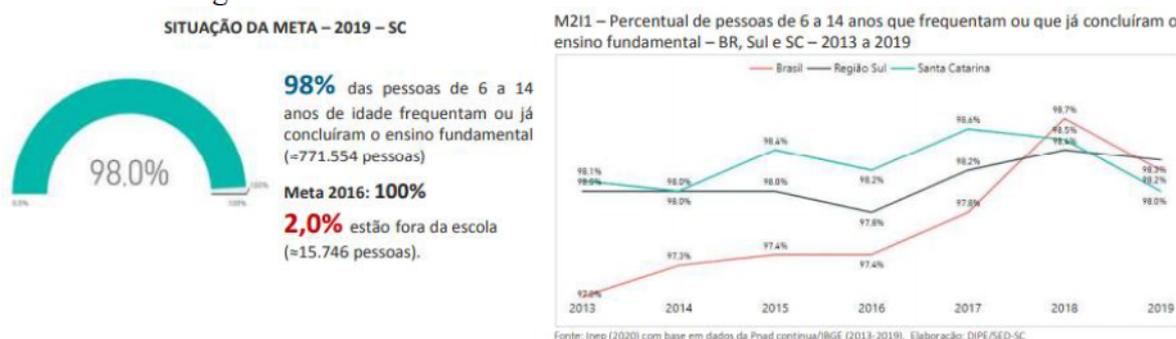
Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, as matrículas entre 2007 e 2010, se mantiveram linear. Em 2011, a queda da matrícula foi de aproximadamente 22% em relação ao ano anterior e o declínio se estende até o ano de 2014. No ano de 2015, houve um aumento de matrículas de aproximadamente 19%. A partir daí, o fluxo se mantém estável, chegando a aproximadamente 180 mil estudantes nesta etapa no ano de 2019, segundo dados do Censo Escolar.

Em relação ao Ensino Médio, o fluxo de matrículas sofre poucas alterações até o ano de 2012. Entre os anos de 2012 e 2014, há um acréscimo de aproximadamente 14%. Comparando o fluxo entre os anos de 2014 e 2017, observamos um declínio nas matrículas de aproximadamente 25%. No ano de 2018 as matrículas aumentam em aproximadamente 11% e em 2019, caem aproximadamente 0,7% em relação ao ano anterior, atendendo, conforme dados do censo escolar, um total de 199.920 estudantes nesta etapa.

Por conseguinte, busca-se informações acerca do atendimento dos estudantes na faixa etária do Ensino Fundamental, para averiguar o alcance da meta estabelecida pelo Plano Estadual de Educação.

O 5º Relatório de Monitoramento do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina – 2015/2024 faz referência sobre os Índices deste atendimento, através da Meta 2 (SANTA CATARINA, 2021), conforme figura 1.

Figura 1 - Meta 2 - Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) anos a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano



Fonte: Santa Catarina (2021, p. 8).

Como evidenciado na figura 1, percebe-se em Santa Catarina, conforme o 5º Relatório de Monitoramento na Meta 2, do Plano Estadual de Educação, que trata da universalização do atendimento do Ensino Fundamental de 9 anos para pessoas de 6 a 14 anos de idade, que o Índice chegou a 98% de pessoas que frequentam ou que já concluíram o Ensino Fundamental.

Este é um indicativo de que o acesso à escolarização está sendo ofertado. Porém, apenas a possibilidade de acesso não garante as condições para o sucesso escolar. Há outros elementos a serem considerados para que possa ser aferida a qualidade da educação ofertada.

Neste contexto, o Decreto nº 6.094/2007 (BRASIL, 2007), que regulamenta o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação no Capítulo II, no artigo 3º estabelece:

Art. 3º A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil) (BRASIL, 2007).

Neste entendimento, a análise a seguir, apresentada na tabela 5, aponta para o cenário histórico dos resultados obtidos no Ideb da Rede Pública Estadual de Santa Catarina, nos Anos Finais do Ensino Fundamental e as metas projetadas entre os anos de 2005 e 2019.

Tabela 5 - Ideb Observado e Metas Projetadas - Ensino Fundamental - 9º ano - Rede Pública Estadual de Santa Catarina - 2005 a 2019

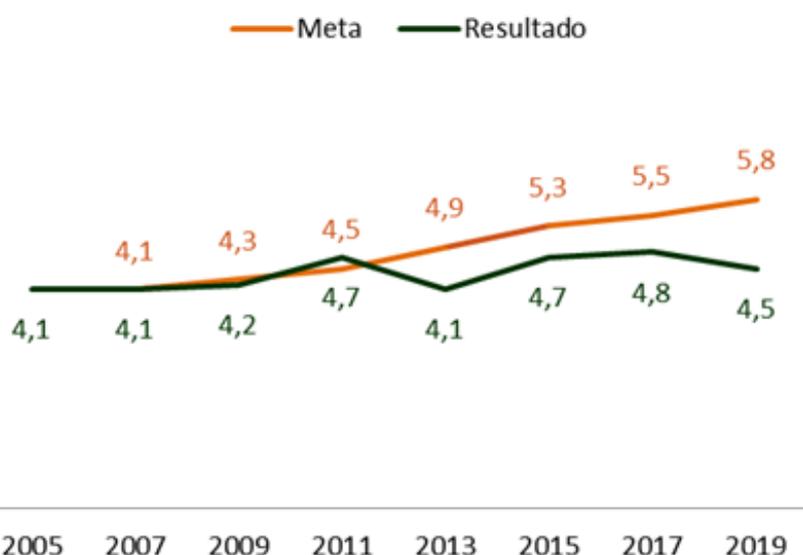
Ideb - Rede Estadual - Santa Catarina								
9º ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Meta		4,1	4,3	4,5	4,9	5,3	5,5	5,8
Resultado	4,1	4,1	4,2	4,7	4,1	4,7	4,8	4,5

Fonte: Inep (2020).

Através da tabela 5, observamos que o resultado do Ideb da rede estadual nos Anos Finais do Ensino Fundamental é preocupante, pois, apenas nos anos de 2007 e 2011, a meta foi alcançada. Em 2009 ficou abaixo da meta projetada em 0,1, em 2013 a queda foi ainda maior em relação à projeção ficando em 0,8, em 2015 a diferença foi de queda em 0,6, em 2017 a queda foi de 0,7 em 2019 a queda se acentua ainda mais com um distanciamento de 1,3 da meta projetada.

Pelo gráfico 2, visualiza-se o distanciamento do Índice observado com a meta projetada

Gráfico 2 - Série Histórica da Meta Projetada e Resultado Observado - Anos Finais do Ensino Fundamental Rede Estadual - SC - 2005 a 2019



Fonte: a autora com base em Inep (2020).

Através do gráfico 2, comprova-se a tese de que a partir do ano de 2013, a rede inicia um processo de distanciamento nos resultados do Ideb obtido em relação à meta projetada para os Anos Finais do Ensino Fundamental. Nas versões posteriores, há indícios de melhora nos resultados, porém, são insuficientes para se emparelhar à meta e assim, vai se distanciando da meta projetada, culminando em 2019 com um resultado crítico com o maior distanciamento observado na série histórica.

2.4 O IDEB NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE ESTADUAL DE ENSINO, POR MUNICÍPIO ENTRE 2007 E 2019

O Estado de Santa Catarina está localizado na região sul do país. No site do governo estadual há destaque para a diversidade geográfica, humana num território de apenas 95,4 mil km², onde numa viagem de poucas horas de carro é possível vislumbrar paisagens diferentes e experimentar mudanças radicais no seu clima (SANTA CATARINA, 2020).

O Estado catarinense está dividido em 295 municípios, organizados em oito regiões econômicas: Litoral, Nordeste, Planalto Norte, Vale do Itajaí, Planalto Serrano, Sul, Meio Oeste e Oeste, com uma economia bem diversificada, distribuídos em inúmeras atividades como por exemplo turismo, agricultura, indústrias de alimentação, moveleiras, eletro-metal-mecânica, construção civil, vestuário, carboníferas, cerâmica, têxtil, naval e tecnológica (SANTA CATARINA, 2020).

Figura 2 - Mapa da Regionalização dos polos econômicos de SC



Fonte: Jovens e Empreendedores (2011 apud SANTOS; FIRMINO; MARTINS, 2018, p. 7).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Estado de Santa Catarina em 2020 contava com uma população estimada de 7.252.502 pessoas.

No que se refere à rede estadual de ensino, são mais de 545 mil matrículas na Educação Básica, em 1.255 unidades escolares distribuídas nos 295 municípios. No Ensino Fundamental, o universo de atendimento ultrapassa 42 mil estudantes que frequentam o 9º ano.

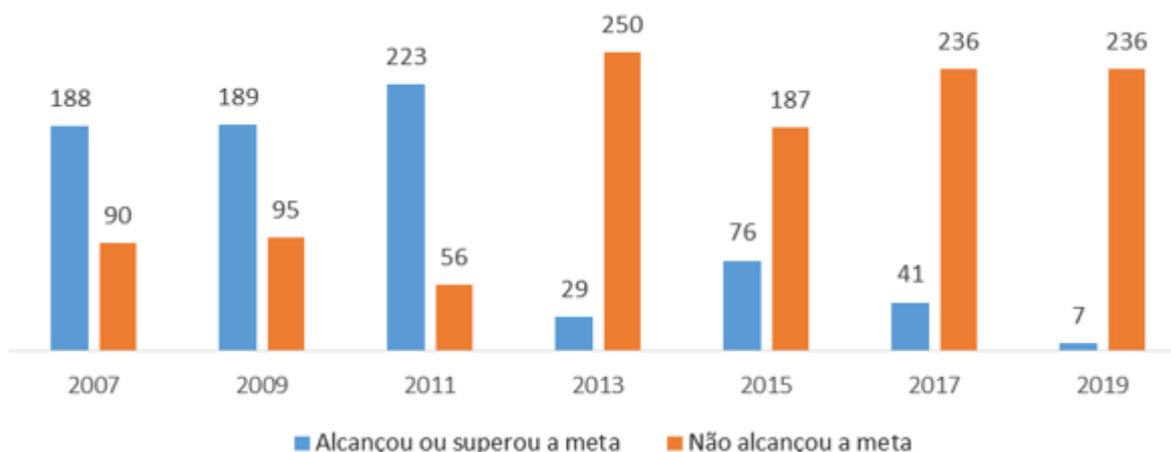
Elucidados os principais dados para contextualização do cenário catarinense, partimos para a análise do Ideb com um olhar para a evolução da rede estadual de ensino, por município entre os anos de 2007 e 2019.

Para tanto, foram contabilizados somente os municípios que tiveram seus resultados divulgados e possuíam metas previstas em cada edição do Índice.

Importante destacar que entre os anos de 2005 e 2012, o Estado contava com 293 municípios. Em 1º de janeiro de 2013, foram criados Balneário Rincão e Pescaria Brava, que passam a incorporar os resultados a partir do ano de 2013.

Iniciamos a análise apresentando o total de municípios com relação ao alcance das metas estabelecidas em cada versão.

Gráfico 3 - Total de municípios com relação ao alcance das metas previstas para o Ideb - 2007 a 2019 - rede estadual de ensino - SC



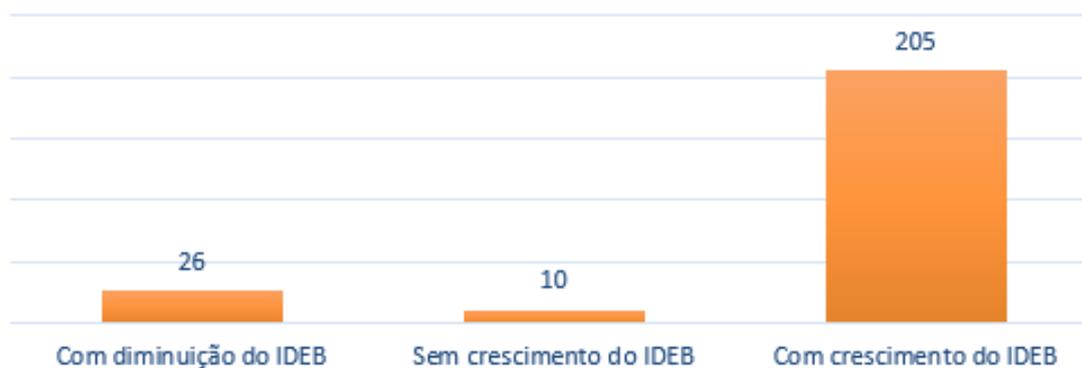
Fonte: a autora com base em Inep (2020).

Através do gráfico 3, em 2007, 188 municípios alcançaram/superaram a meta do Ideb e 90 não alcançaram. Em 2009, 189 municípios alcançaram/superaram a meta e 95 não. Em 2011, 223 municípios alcançaram/superaram a meta e 56 não alcançaram. Em 2013, somente 29 municípios alcançaram/superaram a meta e 250 não alcançaram. Em 2015, 76 municípios alcançaram/superaram a meta e 187 não alcançaram. Em 2017, 41 municípios alcançaram/superaram a meta e 236 não alcançaram. No ano de 2019, somente sete municípios alcançaram/superaram a meta e 236 não alcançaram.

Portanto, a maioria dos municípios alcançou ou superou a meta do Ideb nas edições de 2007, 2009 e 2011, enquanto que a partir de 2013 o comportamento do desempenho se inverte de forma contrastante onde 90% dos municípios não conseguem atingir a meta. Nos anos subsequentes de 2015, 2017 e 2019 o cenário continua desfavorável e não apresenta sinais de recuperação.

Mas, ao direcionar a análise para os resultados individualizados dos municípios, percebe-se que apesar de não atingirem a meta, obtiveram crescimento no Índice, conforme consolidação dos dados comparativos entre os anos de 2007 e 2019 apresentados no gráfico 4.

Gráfico 4 - Total de municípios catarinenses segundo o crescimento no Ideb entre 2007 e 2019 - rede estadual de ensino

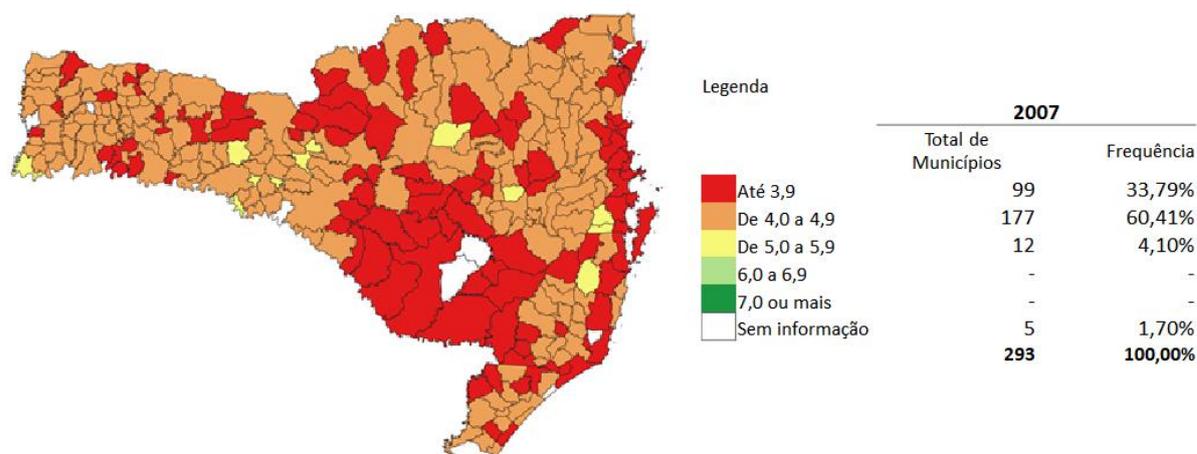


Fonte: a autora com base em Inep (2020).

De acordo com o gráfico 4, dos municípios que obtiveram resultados em 2007 e 2019, observa-se que 205 apresentaram crescimento para o período. Dos 241 municípios, 26 tiveram diminuição no Índice, o que corresponde a aproximadamente 11%. Em referência aos que mantiveram seu desempenho inicial, o resultado ficou em 4% e os que tiveram crescimento no período chegaram a 85%, contudo, insuficiente para o alcance de suas metas em 2019.

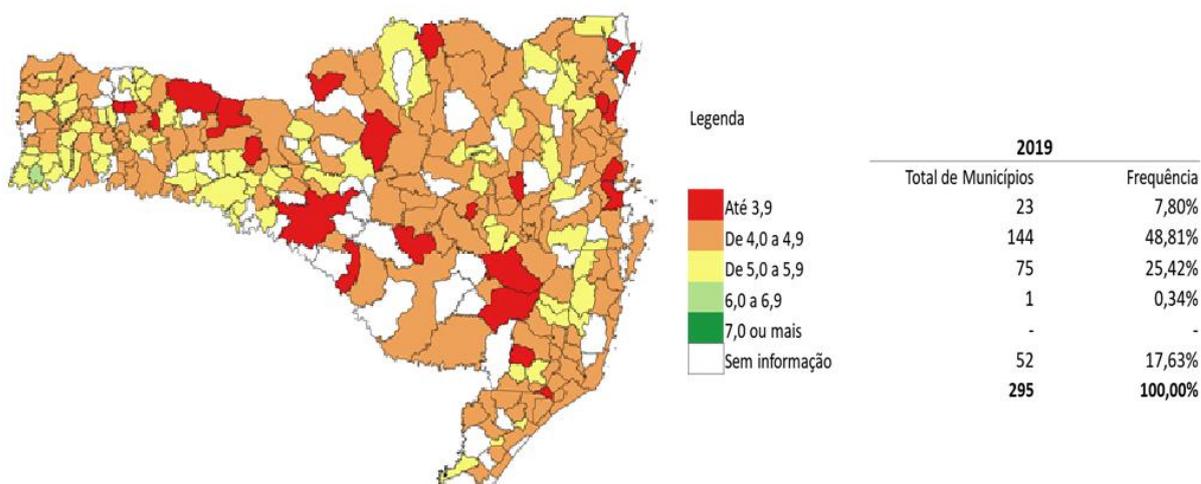
Para expandir a análise, desagrega-se os resultados por município, de forma a ter um painel mais aproximado dos resultados da rede estadual de ensino, por faixa de desempenho, realizando comparativo da evolução entre os anos de 2007 e 2019, nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Figura 3 - Mapa de desempenho no Ideb dos municípios catarinenses, por faixa - ano de 2007 - Anos Finais do Ensino Fundamental - Rede Estadual



Fonte: Santa Catarina (2019).

Figura 4 - Mapa de desempenho no Ideb dos municípios catarinenses, por faixa - ano de 2019 - Anos Finais do Ensino Fundamental - Rede Estadual



Fonte: Santa Catarina (2019).

Os mapas apresentados nas figuras 3 e 4 revelam a dinâmica da evolução dos Índices do Ideb nos municípios catarinenses nos Anos Finais do Ensino Fundamental da rede pública estadual, através das faixas de desempenho obtidos nos anos de 2007 em comparação com 2019. Observa-se que no ano de 2007 na faixa de desempenho com Índice de até 3,9, havia 99 municípios e no ano de 2019 foram 23, ou seja, 76 municípios, que corresponde a 76,8 % dos municípios catarinenses que saíram desta faixa considerada um desempenho não adequado

para a qualidade da educação.

Na faixa de 4,0 a 4,9, no ano de 2007, havia 177 municípios, em 2019 foram 144. Uma diferença de 33 municípios a menos o que corresponde a 18,6% dos municípios que saíram desta faixa.

O quantitativo de municípios em 2007 que tinham desempenho entre 5,0 e 5,9 foi 12. Em 2019, este número aumenta para 75. Um acréscimo de 53 municípios que corresponde a 525% em comparação a versão de 2007.

Na faixa de 6,0 a 6,9 no ano de 2007 não havia nenhum município e em 2019, apenas 01 município evoluiu para este patamar.

Na faixa de 7,0 ou mais, não houve nenhum município que tenha obtido este Índice desde o início do Ideb.

No que se refere aos municípios sem informação, há um dado preocupante. No ano de 2007, foram 05 e no ano de 2019 este número cresce para 52, uma diferença de 47 municípios, chegando ao patamar de 94% de aumento de municípios sem informação em comparação com o ano de 2007.

Observamos que de 2007 para 2019, a maior concentração de municípios está entre as faixas de 4,0 a 4,9 e 5,0 a 5,9, o que comprova uma evolução positiva na caminhada para atingir a meta. A maior ocorrência de desempenho positivo está nas regiões: Oeste, Meio-Oeste e Planalto Serrano. Porém, há que se atentar para o fato de que o crescimento do número de municípios sem informação no Ideb é crítico e o fato ocorreu em todas as regiões do Estado, o que aponta para a necessidade de estudos mais aprofundados e ações direcionadas para este problema.

Diante da informação relacionada ao número de municípios sem informação do Ideb, é importante elucidar que o Inep, através de Nota Informativa do Ideb (INEP, 2019), atualizada em 17 de setembro de 2020, aponta:

Os resultados do Ideb 2019 para escola, município, unidade da federação, região e Brasil são calculados a partir do desempenho obtido pelos alunos que participaram do SAEB 2019 e das taxas de aprovação, calculadas com base nas informações prestadas ao Censo Escolar 2019. Dessa forma, cada uma dessas unidades de agregação tem seu próprio Ideb e metas estabelecidas ao longo do horizonte do PDE, ou seja, até 2021 (INEP, 2019, p. 1).

Portanto, se não houve divulgação dos Índices, conforme a Nota Informativa, significa dizer que critérios não foram cumpridos. No caso do público aqui analisado, destaca-se:

[...];

G. Escolas públicas que oferecem Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio que não realizaram o SAEB por terem menos de 10 alunos matriculados nas etapas avaliadas (5º ano, 9º ano e 3ª ou 4ª série do Ensino Médio tradicional e integrado – não considera turmas multisseriadas ou de correção de fluxo), em classes comuns (não considera turmas da educação especial), conforme declaração prestada ao Censo Escolar 2019;

H. Escolas pertencentes às redes municipais que não aderiram ao SAEB 2019;

I. Escolas que realizaram o SAEB 2019, mas não prestaram informação ao Censo Escolar sobre os alunos aprovados e, por isso, não tiveram a taxa de aprovação calculada;

J. Escolas que não registraram o mínimo de 10 estudantes presentes no momento da aplicação dos instrumentos do SAEB;

K. Escolas em que o número de alunos participantes do SAEB 2019 não alcançou 80% dos alunos matriculados na etapa avaliada (Portaria nº 366, de 29 de abril de 2019) (INEP, 2019, p. 3).

Observa-se então que 52 municípios catarinenses não obtiveram divulgação de seus

resultados nos Anos Finais do Ensino Fundamental da rede estadual. Isto corresponde a 17,63% dos municípios que não atingiram um ou mais critérios estabelecidos.

Este Índice aponta uma situação delicada que merece um estudo mais aprofundado pelos órgãos gestores catarinense, para que possam promover o desenvolvimento de ações que permitam a visão de toda a rede podendo assim analisar o desempenho e intervir nas situações relacionadas ao processo ensino e aprendizagem.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trajeto percorrido até aqui foi guiado por análises dos dados oficiais sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb. Investigar sobre ele é abrir uma gama de possibilidades conexões e deduções. Desvendar o que está latente não é uma tarefa simples, pois o contexto é amplo e abarca valores, desigualdades educacionais, socioeconômicas, religiosas e tantas outras.

Segundo o Portal do Inep, este Índice nasceu com o intuito de ser um importante condutor de política pública em prol da qualidade da educação, servindo de ferramenta para desencadear ações que avancem em direção ao sucesso da educação brasileira.

As constatações aqui apresentadas; não tem por objetivo esgotar as análises ou responder às dúvidas sobre o desempenho da rede estadual de ensino. A intenção é dar suporte através das percepções apontadas neste trabalho para que a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina possa dar prosseguimento às pesquisas mais aprofundadas no sentido de compreender as razões pelas quais a rede estadual não conseguiu mais atingir a meta projetada do Ideb a partir do ano de 2013. O foco foi delimitado nos Anos Finais do Ensino Fundamental, por compreender que é nesta fase em que se dá o início do processo de distanciamento entre os resultados obtidos com o alcance das metas, chegando no ano de 2019 com o maior distanciamento observado na série histórica.

É urgente que todos os segmentos educacionais entendam as circunstâncias destes resultados e busquem, num esforço coletivo, a produção de políticas educacionais e ações pautadas em diagnósticos que indiquem a direção a ser tomada para a melhoria do processo ensino e aprendizagem.

É fato comprovado através do 5º Relatório de Monitoramento do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina - 2015/2024, que o Estado atende a demanda de 98% de pessoas na faixa etária do Ensino Fundamental, mas também está evidente nos resultados que o acesso à escolarização não está garantindo que estes educandos estejam apreendendo os saberes necessários estabelecidos como meta da qualidade educacional.

Partindo do ano de 2007 na análise da evolução do desempenho dos Anos Finais da rede estadual de ensino, em comparação com os resultados de 2019, fica visível uma evolução positiva, porém, este efeito não está sendo eficaz o suficiente para chegar à meta estabelecida para a melhoria do ensino ofertado, o que provoca o distanciamento cada vez maior das metas.

Ao expandir a investigação, constata-se que entre os anos de 2007 e 2019 houve acréscimo de 94% de municípios que não obtiveram o Índice e este é um dado preocupante, necessitando ações urgentes para reverter esta situação.

É fato que o Ideb enquanto indicador da qualidade da educação brasileira, não pode por si só, apresentar todas as variáveis que envolvem a qualidade da educação, pois, há inúmeras especificidades a serem analisadas para a compreensão dos resultados. Seu principal objetivo é possibilitar através dos resultados obtidos, compreender onde há necessidade de intervenções por meio de políticas públicas. Ele não é garantidor de recursos, mas através de

seus Índices, é possível o planejamento de boas práticas que resolvam os problemas.

Vale à pena destacar que os resultados aqui apresentados podem corroborar nas discussões dos currículos escolares, no monitoramento das ações desenvolvidas dentro da escola e também fora dela.

É fundamental a compreensão que os atores educacionais, sejam eles gestores escolares, professores, equipe pedagógica das escolas ou gestores e técnicos de esferas com poder de decisão, tem sobre a dimensão dos Índices produzidos pelo Ideb e seus desdobramentos.

Neste sentido, sugere-se a implementação de grupos de estudo que tenham a função de realizar o monitoramento destes e de outros resultados para impulsionar discussões no sentido de melhorar o desempenho dos estudantes catarinenses.

É imprescindível interligar esforços, pois a responsabilidade é de todos, para que mudanças aconteçam no chão da escola, no fazer pedagógico e no aprender a aprender, pois é lá que a educação acontece.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria da Graças Aires de Medeiros. **Da compreensão à interpretação do IDEB para aferir a qualidade da educação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: estudo de caso no município de Araguaína – Tocantins** Universidade Federal do Tocantins, 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11612/1792>>. Acesso em: 02 out. 2020

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei nº 10.172**, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm>. Acesso em: 18 nov. 2020.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação nacional. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 09 abr. 2021.

_____. Ministério da Educação. **Conae 2010**. Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação. Diretrizes e estratégias de Ação - Documento Referência. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conae/documento_referencia.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

_____. _____. **Decreto Presidencial nº 6.094**, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em: <<https://www.fnede.gov.br/index.php/legislacoes/decretos/item/3171-decreto-n%C2%BA-6094-de-24-de-abril-de-2007#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20do,visando%20a%20mobiliza%C3%A7%C3%A3o%20social%20pela>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

_____. _____. **Escolas particulares também poderão avaliar desempenho de estudantes por meio do Saeb**. 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/31992>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

_____. _____. **Ideb: como melhorar os índices**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília: Gráfica do Senado, 2018.

_____. _____. **PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: Prova Brasil: Ensino Fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SEB; Inep, 2008.

_____. **Portaria nº 10**, de 08 de janeiro de 2021. Estabelece parâmetros e fixa diretrizes gerais para implementação do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb, no âmbito da Política Nacional de Avaliação da Educação Básica. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-10-de-8-de-janeiro-de-2021-298322305>>. Acesso em: 27 nov. 2020.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien - 1990)**. Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. **Evolução do Ensino Fundamental no Brasil**: análise de estatísticas e indicadores educacionais. Brasília: Instituto Paulo Freire, 2000. Disponível em: <<https://www.paulofreire.org/>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Avaliação nacional da alfabetização - ANA**: documento básico. Brasília: Inep, 2013.

_____. **Nota Informativa do Ideb 2019**. Atualizada em 17 set. 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Resumo+T%C3%A9cnico+do+Estado+https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/nota_informativa_ideb.pdf>. Acesso em: 22 set. 2020.

_____. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Linha de Base. Brasília, DF: Inep, 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/6975249/Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+PNE+2014-2024++Linha+de+Base/c2dd0faa-7227-40ee-a520-12c6fc77700f?version=1.3>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

_____. **Resumo Técnico**: Resultados do índice de desenvolvimento da educação básica (2005-2017). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/planilhas_para_download/2017/ResumoTecnico_Ideb_2005-2017.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2020.

_____. **Resumo Técnico do estado de Santa Catarina**: Censo da Educação Básica Estadual 2019 [recurso eletrônico]. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Resumo+T%C3%A9cnico+do+Estado+de+Santa+Catarina+-+Censo+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica+2019/66e2baee-d054-490f-8b52-11c20138a573?version=1.0>>. Acesso em: 22 set. 2020.

_____. **SAEB 2001**: novas perspectivas. Brasília: O Instituto, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. **Educação para todos: o compromisso de Dakar**. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>>. Acesso em 29 nov. 2020.

SANTA CATARINA. **Plano Estadual de Educação de Santa Catarina – 2015/2024 - 5º Relatório de Monitoramento do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina – 2015/2024**. Publicado em março/2021. Disponível em: <<https://www.sed.sc.gov.br/documentos/plano-estadual-de-educacao-sc-452/9251-relatorio-de-monitoramento-pee-sc-2020>>. Acesso em: 31 mar. 2021.

_____. Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. **Educação na palma da Mão**. 2019. Disponível em: <<https://www.sed.sc.gov.br/informacoes-educacionais/30945-educacao-na-palma-da-mao>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

_____. **Site Oficial**. Disponível em: <<https://www.sc.gov.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

SANTOS, Larissa Anjos; FIRMINO, Larissa Corrêa; MARTINS, Rosa Elisabete Militz Wypczynski. Educação feita com paixão: experiência para prática docente no projeto de educação comunitária integrar. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 9, n. 17, p. 1-13, jan./abr. 2018. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/5528/552859736008/index.html>>. Acesso em: 21 set. 2020.

SAVIANI, Dermeval. **PDE - Plano de desenvolvimento da educação: análise da política do MEC**. Campinas: Autores associados, 2009.

TREVISAN, Rita. 5 pontos sobre o uso das notas do IDEB. **Revista Nova Escola**, São Paulo, Seção Gestão Escolar, p. 1-2, 01 jul. 2011. Disponível on-line em: <<http://gestaoescolar.abril.com.br/politicas-publicas/5-pontos-uso-notas-ideb-636801.shtml>>. Acesso em: 05 nov. 2020.